

Senado deve votar MPs na próxima semana

Ministro das Relações Institucionais visita Renan Calheiros em busca de entendimento entre o governo e os líderes partidários na Casa para votação das medidas provisórias relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento



Jucá (E), Mares Guia, Renan e Roseana: diálogo em busca da articulação do governo com o Congresso Nacional para deslanchar o PAC

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que o Plenário deve votar na próxima semana parte das 14 medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta. Sete delas integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Foi para conversar sobre essas sete MPs que o ministro das Relações

Institucionais, Walfrido dos Mares Guia, esteve ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros. A reunião, acompanhada pelos líderes do governo na Casa, Romero Jucá, e no Congresso, Roseana Sarney, foi definida como a primeira de uma série que o ministro deve fazer em busca de articulação em benefício do PAC. **Página 3**



Fonteles (E), Defourny, Cristovam, Alves e Cuvac abrem ciclo de debates

Especialistas querem formação de qualidade para professores

A ampliação de investimentos para a qualificação de docentes foi apontada como uma das principais medidas para melhorar a qualidade do ensino no Brasil, durante audiência na Comissão de Educação. Para o presidente do colegiado, Cristovam Buarque, a pouca importância dada à licenciatura é maior nas universidades federais. **Página 8**

Fim do déficit e mínimo de R\$ 405, promessas na CMO

Na reunião em que o secretário do Tesouro, Tarcísio Godoy, previu déficit nominal zero até 2010, o relator da LDO disse que é possível mínimo de R\$ 405 no próximo ano. **Página 4**

Câmara acolhe projetos da CPI da Exploração Sexual

Fotografar, filmar ou oferecer acesso a cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes pode ter punição rigorosa, conforme uma das propostas aprovadas. **Página 5**

Comissão aprova cinco acordos do Brasil com outros países



Os senadores da Comissão de Relações Exteriores aprovaram voto de solidariedade aos partidos de oposição no Zimbábue, em virtude das atuais restrições à democracia no país

Assistência em matéria penal, extradição de presos e cooperação científica, tecnológica e cultural são temas de acordos aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores e enviados ao Plenário. **Página 3**



Proposta prevê instalação de bloqueadores por operadoras de serviço móvel, e substitutivo transfere esse custo para o Estado. Análise é adiada pela ausência do defensor do texto original

Votação de projeto sobre bloqueio de celular em presídios é adiada

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) transferiu para a próxima quarta-feira, às 14h, a reunião para a discussão do projeto que obriga as empresas operadoras de Serviço Móvel Pessoal a instalarem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais. A votação estava agendada inicialmente para ontem.

O objetivo da proposição (PLS 137/06) é evitar que o preso utilize telefone celular ou outro meio de comunicação para falar com membros de organização criminosa ou para aplicar golpes. Pela proposta original, do então senador Rodolpho Tourinho, já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), as operadoras teriam o prazo de 180 dias para fazer a instalação.

Na CI, onde a matéria tramita



Delcídio (E) preside reunião da CI, que transferiu debate devido à ausência de Demostenes

em decisão terminativa, o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou um substitutivo, destinando recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para a instalação, o custeio, a manutenção e a adequação tecnológica dos bloqueadores não só de celulares, mas de qualquer outro sinal de radiocomunicação.

Demostenes Torres (DEM-GO), que relatou a matéria na CCJ, apresentou voto em separado pela aprovação da proposta original, sem alterações. Como Demostenes está hospitalizado e, portanto, não poderia participar da discussão ontem, Delcídio Amaral (PT-MS), que presidiu a reunião, adiou a análise da proposta.

Demostenes é contra alteração feita por relator

Ao justificar o voto em separado pela rejeição do substitutivo de Flexa Ribeiro ao projeto sobre instalação de bloqueadores de sinais de celular em penitenciárias, Demostenes Torres disse que, “na contramão do processo, o relatório, ao prever que um fundo público, o Fistel, financiará a instalação, transfere para o Estado a obrigação das operadoras. Se o Estado tiver que assumir todas as obrigações que descentraliza, caminhará para a falência orçamentária e terá que mudar seu regime

de exploração econômica”.

Também subscreveram o voto em separado Renato Casagrande (PSB-ES), Valter Pereira (PMDB-MS), Expedito Júnior (PR-RO), Wellington Salgado (PMDB-MG), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Ideli Salvatti (PT-SC).

Na reunião da CI de ontem, Flexa Ribeiro rebateu os argumentos de Demostenes, que não compareceu por estar hospitalizado. O senador pelo Pará explicou que o substitutivo tem o objetivo de proteger o cidadão de uma “nova

sobrecarga de taxas”, já que, argumentou, os custos das operadoras de celulares com a instalação dos bloqueadores seriam repassados aos usuários do serviço. Flexa explicou ainda que, pelo substitutivo, seriam utilizados somente recursos excedentes do Fistel, na ordem de R\$ 1,8 bilhão.

– Os recursos seriam usados uma única vez e, a partir de então, qualquer nova penitenciária a ser construída já teria que prever o bloqueio das comunicações – explicou o relator.

Senadores de Mato Grosso querem incluir Projeto Brasil Central no PAC

Em audiência na Comissão de Infra-Estrutura, os senadores por Mato Grosso – Jonas Pinheiro (DEM), Jayme Campos (DEM) e Serys Slhessarenko (PT) – reafirmaram a disposição de lutar pela inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Projeto de Desenvolvimento Regional Brasil Central, idealizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O projeto prevê a construção de três ramais da Ferrovia Norte-Sul na região Centro-Oeste e em áreas adjacentes de Minas Gerais, Pará, Paraná, Bahia, Piauí e Maranhão.

Participaram da audiência pública na CI o diretor-geral da ANTT, Alexandre Nogueira Re-

zende; a engenheira da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Úrsula Vieira (representando o diretor e autor do projeto Brasil Central, Gregório Rabelo); e o chefe do Laboratório de Transporte da UFSC, Amir Mattar.

Na ocasião, Serys defendeu a implantação de um modelo de transporte multimodal, com ênfase nas ferrovias. Jayme Campos e Jonas Pinheiro assinalaram que a falta de uma logística adequada e a distância dos portos não permitem ao Mato Grosso manter uma produção competitiva e lucrativa. Já o presidente da CI, Marconi Perillo (PSDB-GO), disse que o Projeto Brasil Central é fundamental para a produção primária.



Audiência debate programa que visa oferecer transporte ferroviário ao centro do país

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Rádio Senado apresenta especial sobre União Européia

A Rádio Senado preparou uma reportagem especial sobre as relações da União Européia com o Brasil e o Mercosul, a situação atual da comunidade de países europeus e as perspectivas para o bloco. O programa será transmitido às 20h de hoje, com reprises amanhã, às 10h; e no domingo, às 17h.

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, tem caráter não-deliberativo, ou seja, sem votação de matérias. Na terça-feira, às 14h, os senadores voltam a discutir, entre outros itens, a MP 353/07, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Mão Santa, Epitácio Cafeteira e Augusto Botelho



Câmara/Arcebo

Excessiva carga tributária impede crescimento, afirma Mão Santa

Mão Santa critica política econômica do governo Lula

Ao comentar matéria publicada no jornal O Globo sobre a perda de competitividade do Brasil no ranking do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Gerencial (IMD), o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem o modelo de política de desenvolvimento econômico implementado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Repetindo frase dita por pecuaristas mineiros na Expozebu 2007 de Uberaba, Mão Santa fez ironia afirmando que a exportação do modelo de gestão do PT seria a única forma de deter o crescimento da China e dar ao Brasil iguais condições de competitividade com aquele país asiático.

Barreiras

O senador enumerou entre as barreiras que impedem o crescimento do Brasil a excessiva carga tributária, os altos juros, a burocracia e ausência de infra-estrutura, “que encarece tudo”. Ele lamentou, ainda, a má qualidade da segurança, da educação e do sistema de saúde público no Brasil.

– É mais fácil ser canonizado amanhã pelo Papa do que fazer uma grande cirurgia hoje pelo Sistema Único de Saúde – criticou Mão Santa.

Projetos do programa de crescimento “não estão empacados no Congresso Nacional, apenas aguardam evolução das negociações”, afirma Walfrido dos Mares Guia, após visitar Renan

Senado pode votar terça-feira medidas provisórias do PAC

As 14 medidas provisórias que trancam a pauta de votações do Senado, entre elas sete que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), devem começar a ser votadas na próxima semana, informou ao Plenário o presidente do Senado, Renan Calheiros. Na tarde de ontem, o senador recebeu o ministro das Relações Institucionais, Walfrido Mares Guia, que esteve

na Casa para, entre outros assuntos, buscar entendimento com os líderes partidários visando à aprovação das medidas provisórias do PAC. Em entrevista na saída do gabinete de Renan, o ministro disse que os projetos do programa “não estão empacados no Congresso, apenas aguardam a evolução das negociações”. Mares Guia estava ao lado da líder do governo no Congresso, Roseana Sarney (PMDB-MA), que o acompanhou à



Jucá e Roseana Sarney acompanham Mares Guia (segundo à esq.) na visita a Renan

Câmara dos Deputados, depois do encontro com Renan.

Acordo

Ao comentar a visita, Renan disse que o ministro esteve no Senado para “conversar sobre quais medidas, institucionais e políticas, devem ser tomadas pelo Congresso e pelo governo visando ao desenvolvimento do país”. O senador informou que já na próxima terça-feira algumas das MPs relativas ao programa de cresci-

mento poderão entrar na pauta de votação, conforme acordo de líderes a esse respeito. Ele disse ainda que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, cujo projeto já foi encaminhado ao Congresso pelo Executivo, “aguarda sinal positivo da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para ter sua discussão iniciada”.

Também em entrevista no Senado,

o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que a visita de Mares Guia é o começo de uma série que o ministro fará ao Congresso.

As duas primeiras MPs da ordem do dia não fazem parte do PAC. Uma, a MP 338/06, abre crédito extraordinário às estatais. Já a MP 335/06, que originou o PLV 04/07, facilita a regularização de assentamentos e o acesso a terreno ou a moradia pela população de baixa renda.

Comissão aprova os textos de cinco acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem projetos de decreto legislativo ratificando cinco acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro. Foi ainda aprovado requerimento de voto de solidariedade aos partidos de oposição no Zimbábue – apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) – em virtude das atuais restrições à democracia naquele país.

Um dos projetos acolhe o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Brasil e a Polônia, do ano 2000. O

segundo aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau, em 1992.

Os três outros projetos aprovam os textos do Tratado de Extradicação entre o Brasil e o Canadá, de 1995; do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Brasil e a República Dominicana, de 2002; e do Acordo de Cooperação Cultural firmado em 2002 entre o Brasil e a Armênia.

Senadores da CRE decidem arquivar voto de solidariedade

A CRE decidiu arquivar um voto de solidariedade – proposto por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia. Eles esperaram em vão, no dia 14 de fevereiro, a chegada ao Congresso do presidente da Bolívia, Evo Morales. No parecer pelo arquivamento, Eduardo Suplicy (PT-SP) informa que o embaixador da Bolívia enviou carta no dia seguinte a Renan, explicando os motivos da ausência de Morales.



Roosewelfilho

Proposta de Valadares engloba todos os níveis do Legislativo

Valadares propõe regra para impedir mudança de partido

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem que apresentará proposta de emenda à Constituição (PEC) instituindo a fidelidade partidária, mas com prazo para mudança de partido até a publicação da emenda. Ele entende que esse seria um passo preliminar à reforma política.

A PEC, ainda em fase de recolhimento de assinaturas, já recebeu apoio de senadores como Sibá Machado (PT-AC), que apartou Valadares para elogiar a iniciativa.

O senador pelo PSB é de opinião que a mudança de agremiação é um falseamento da vontade do eleitorado, enfraquece os partidos e prejudica a democracia.

Apesar de ser contra a infidelidade, que a cada legislatura leva um terço dos deputados a trocarem de partido, o senador disse considerar importante permitir que os parlamentares façam nova opção antes que haja alteração na lei.

Valadares explicou que sua proposição, ao contrário daquela apresentada por Marco Maciel (DEM-PE), inclui todos os níveis do Legislativo, além de ocupantes de cargos do Executivo, como o de presidente da República e o de prefeito.



Roosewelfilho

Garibaldi sugere medidas de apoio aos criadores de camarão do país

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou ontem que a criação de camarão no Brasil está em crise. De acordo com o senador, o setor vem encolhendo desde 2003 e as dívidas dos produtores chegam a R\$ 300 milhões.

A partir de uma proposta da Associação Brasileira de

Criadores de Camarão, Garibaldi apresentou três medidas para ajudar os produtores: a securitização das dívidas; a viabilização do pagamento dos créditos do PIS e da Cofins; e a inclusão da produção de camarão “no contexto das medidas de desoneração da folha de pagamento”.



Roosewelfilho

Chuva dificulta obra do gasoduto Urucu-Manaus, justifica João Pedro

O senador João Pedro (PT-AM) defendeu ontem em Plenário o ritmo em que vêm sendo realizadas as obras do gasoduto Urucu-Manaus. Segundo o parlamentar, os atrasos no cronograma foram causados pelas intensas chuvas nos quatro primeiros meses do ano. Mesmo assim,

observou, a Petrobras manteve a previsão de inauguração do gasoduto em 2008.

João Pedro afirmou que enxerga um Brasil distinto daquele mostrado nos discursos da oposição, com o maior salário mínimo dos últimos 20 anos e a menor taxa básica de juros em muitos anos.

Aumento das dívidas do setor preocupa Garibaldi Alves

João Pedro confirma data para inauguração do gasoduto



Suplicy relaciona visita do Papa a declarações do ministro da Saúde

Suplicy: debate pode esclarecer questões polêmicas

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o povo brasileiro está feliz com a vinda do papa Bento XVI ao país. Na opinião do senador, tanto a visita como as recentes declarações do ministro da Saúde, José Gomes Temporão – o qual afirma que o aborto, condenado pelo Papa, é uma questão de saúde pública no Brasil –, podem representar “uma oportunidade de avanço e de maior conhecimento em questões polêmicas, como a das pesquisas com células-tronco”.



Frei distinguiu-se pela alma piedosa, ressalta Jayme Campos

Campos comemora canonização de Frei Galvão

Jayme Campos (DEM-MT) saudou ontem a canonização de Frei Antônio Sant’ana Galvão – que será o primeiro santo brasileiro –, em cerimônia que será realizada hoje, em São Paulo, com a presença do papa Bento XVI.

– Enfim, um de nossos compatriotas é elevado à condição canônica. Filho de família abastada do interior paulista, distinguiu-se logo cedo pela alma piedosa. Sua história é marcada pela virtude pessoal e pelo arraigado apego à liturgia cristã – frisou o senador.

No curto prazo, governo espera ganhos com a unificação da estrutura de arrecadação de tributos, por meio da Super-Receita, e com a emissão eletrônica de notas fiscais

Secretário do Tesouro espera fim do déficit nominal em 2010

O secretário do Tesouro Nacional, Tarcísio Godoy, afirmou na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que o governo vai zerar seu déficit nominal até o fim de 2010. Isso significa que o setor público federal será capaz de gerar recursos para pagar todas as suas despesas, nelas incluídas a totalidade dos dispêndios com juros.

Godoy esteve ontem na CMO em audiência destinada à prestação de contas sobre o cumprimento das metas fiscais. De acordo com ele, a dívida pública líquida federal deve ficar reduzida a 36% do produto interno bruto até 2010, já com base na nova metodologia de cálculo do PIB. Em 2006, essa relação ficou em 44,9%.



Godoy (E), ao lado do deputado Antônio Palocci e do senador José Maranhão

O secretário mostrou que a relação entre a dívida e o PIB está em declínio desde meados de 2003, e que essa queda é uma referência importante para que os investidores externos possam considerar o país com prioridade para seus interesses. Ele informou que o total da dívida líquida do setor

público alcançou, no fim de 2006, cerca de R\$ 1,24 trilhão, com a dívida externa representando R\$ 143,44 bilhões. Até o fim deste ano, observou, esse estoque deve ficar entre R\$ 1,37 trilhão e R\$ 1,45 trilhão. Para fazer frente ao pagamento da dívida, o governo fez uma economia traduzida por su-

perávit primário de 3,11% do PIB, próximo à meta estabelecida (3,15%).

Quanto a medidas de curto prazo visando ao equilíbrio fiscal, o secretário citou ganhos que devem ser obtidos com a unificação da estrutura de arrecadação de tributos, por meio da nova Secretaria da Receita Federal do Brasil, e a substituição do atual sistema de emissão de notas fiscais pelo meio eletrônico, com certificação digital e integração de dados entre as três esferas de governo.

Tarcísio Godoy aceitou a sugestão do deputado Humberto Souto (PPS-MG) para voltar à comissão, ainda este mês, com informações mais atuais sobre o desempenho das contas públicas.

Relator da LDO prevê mínimo de R\$ 405 em 2008

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, deputado João Leão (PP-BA), apresentou ontem seu parecer preliminar, no qual afirma que “o governo conseguiu, pela primeira vez, ser pessimista sobre o comportamento da in-

flação”. Dessa vez, o Executivo trabalha com uma inflação de 4,5% (IPCA) para 2007, ao passo que o mercado prevê 3,64%. A inflação dos últimos 12 meses terminados em março registrou apenas 2,96% (IPCA).

O relator deu parecer

favorável à LDO e disse concordar com a previsão do governo de que haverá crescimento econômico de 4,5% neste ano e de 5% em 2008.

O deputado observa que a LDO 2008 não leva em consideração algumas medidas do Plano de Ace-

leração do Crescimento (PAC), especialmente o projeto que prevê mudanças nas regras para reajuste do salário mínimo. Se for mantida a regra atual, o mínimo, de acordo com João Leão, subirá dos atuais R\$ 380 para R\$ 405 em abril de 2008.



José Nery deseja que conferência episcopal siga as de 1968 e 1979

Conferência deve optar pelos pobres, afirma José Nery

O senador José Nery (PSOL-PA) manifestou ontem sua esperança de que a 5ª Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, a se iniciar no domingo, em Aparecida do Norte (SP), reafirme em suas conclusões a opção preferencial pelos pobres, como ocorreu nas reuniões de Puebla (México) e Medellín (Colômbia), em 1968 e 1979, respectivamente.

José Nery também saudou o papa Bento XVI, que se encontra em visita no Brasil.



Casagrande quer manutenção do combate às desigualdades

Voto de aplauso ao novo presidente da CNBB

Voto de congratulações ao novo presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Lyrio Rocha, foi apresentado ontem pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES). O cardeal arcebispo de Mariana (MG) foi eleito semana passada para o cargo, sucedendo a dom Geraldo Majella Agnelo.

– Tenho certeza de que ele fará um trabalho muito bem feito para projetar ainda mais a atuação da CNBB no combate às desigualdades sociais e regionais no nosso país – disse Casagrande.

Consultores legislativos da Câmara e do Senado defendem veto à Emenda 3

Em debate para discutir a Emenda 3, apresentada ao projeto de lei que criou a Super-Receita, consultores legislativos da Câmara e do Senado defenderam a manutenção do veto do presidente Lula ao dispositivo. A emenda estabelece que apenas a Justiça do Trabalho pode decidir se contratos entre uma empresa e uma pessoa jurídica formada por apenas uma pessoa representam, na verdade, uma relação trabalhista, e, nesse caso, desconsiderar a pessoa jurídica constituída indevidamente.

Murilo Soares, consultor na área tributária, demonstrou em várias tabelas os enormes prejuízos fiscais para a União que podem decorrer da tributação de pessoa física constituída como pessoa jurídica. Ele destacou que, para algumas faixas de faturamento, um contribuinte que declarar como pessoa física pode pagar até mais que o dobro de impostos do que se declarar como pessoa jurídica.

Para Cláudia Brito Melo, consultora na área trabalhista, os fiscais do trabalho não

podem perder a prerrogativa de autuar empresas que praticam contratações claramente fraudulentas, por meio das quais mantêm um rol de subordinados cumprindo horário como empregado, sem equipamentos de proteção individual e sem jornada de trabalho fixa nem direito a férias.

O consultor na área tributária Danilo Aguiar explicou as vantagens de se optar pela modalidade de pessoa jurídica para prestar serviços a outras empresas em comparação à pessoa física.

Congresso sobre Direito e Economia

No próximo dia 24, o Senado e o Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – realizarão o congresso Direito e Economia no Legislativo. O presidente da Casa, senador Renan Calheiros, promoverá a abertura dos trabalhos, dando início à primeira sessão de debates. Essa etapa inicial, que terá o mesmo nome do congresso, será presidida pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Clodovil desrespeitou as mulheres e o Congresso, afirma Serys

Serys Silhessarenko (PT-MT) condenou a atitude do deputado Clodovil Hernandes (PTC-SP), que, na quarta-feira, agrediu verbalmente a também deputada Cida Diogo (PT-RJ). A senadora disse esperar que a Mesa diretora da Câmara adote providências e promova punição

adequada a Clodovil.

– Quando ele diz que ela é feia e não poderia ser prostituta, é um ataque inclusive à mulher prostituta, que tem que ser respeitada também – disse Serys, ao frisar que as afirmações do deputado desrespeitam todas as mulheres brasileiras e o Parlamento.



Serys condena agressão verbal de Clodovil à deputada Cida Diogo

Sibá comemora 119 anos da abolição da escravatura no Brasil

Ao anteciper a celebração dos 119 anos da abolição da escravatura, que transcorrerá no próximo domingo, o senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que, por mais políticas compensatórias que os governos implementem, o Brasil sempre ficará em dívida para com os que foram

vítimas da escravidão e os seus descendentes.

– Eles não receberam condições de ascender socialmente e de se tornarem realmente cidadãos – declarou Sibá, que foi apertado pelos senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Marisa Serrano (PSDB-MS).



Sibá lembra dívida com vítimas da escravidão e seus descendentes

Câmara aprova projetos da CPI da Exploração Sexual

A Câmara dos Deputados aprovou ontem três projetos de lei propostos pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual, que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes. Entre as matérias acolhidas está o Projeto de Lei 4.851/05 (originário do Projeto de Lei do Senado 254/04), que classifica como crime os atos de fotografar, filmar ou oferecer o acesso a cenas de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes. Em virtude das modificações feitas pela Câmara, a matéria retorna à apreciação do Senado.

Outra proposta aprovada foi o substitutivo da deputada Maria do Rosário (PT-RS) ao PL 4.852/05 (originário do PLS 255/04). A matéria, que também volta ao Senado, visa permitir o fechamento de hotéis, pensões, motéis e estabelecimentos similares que hospedarem com frequência criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou dos responsáveis, sem estarem devidamente autorizados.

Foi aprovado ainda o PL 4.125/04, que obriga hotéis, bares, restaurantes e estabelecimentos similares a exibir avisos informando que é crime submeter crianças ou adolescentes à prostituição ou à exploração sexual. A matéria agora vai à apreciação do Senado.

Um quarto projeto da CPI na pauta, o PL 4.126/04, que prevê procedimento especial para exame pericial de crianças e adolescentes em caso de abuso sexual, acabou não sendo apreciado.

Especialistas apontam dificuldade em acabar com o turismo sexual

No debate sobre o recém-lançado programa Turismo Sustentável e Infância, senadores e especialistas pedem maior envolvimento da sociedade e autoridades no combate ao crime

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realizou ontem audiência pública para debater o programa Turismo Sustentável e Infância (TSI), lançado pelo Ministério do Turismo. Durante a discussão, senadores e especialistas foram unânimes em apontar as dificuldades para acabar com o problema do turismo sexual. Todos pediram ainda maior envolvimento da sociedade e das autoridades no combate a esse crime.

Como caminhos para melhorar a situação, a consultora do Ministério do Turismo Fabiana Gorenstein apontou a conscientização sobre a

responsabilidade social; ações para atender as populações de risco; e uma mudança de visão do turismo, com a finalidade de se passar a considerar a atividade como agente de igualdade social e de distribuição de renda. De acordo com a especialista, essas são indicações da Organização Mundial do Turismo (OMT).

A integrante do Centro de Desenvolvimento Sustentável e do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB) Iara Lúcia Gomes Brasileiro destacou que a proteção às crianças em risco será aumentada à medida que se conseguir

dar maior sustentabilidade ao turismo. Ela salientou que a exploração do turismo sexual é exercida, em grande parte das vezes, por pessoas com formação, entre elas políticos, religiosos ou professores.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) ressaltou a dificuldade de se combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Ela presidiu a comissão parlamentar mista de inquérito sobre o assunto e disse que até hoje nenhum dos 17 casos “emblemáticos” que a comissão encaminhou ao Ministério Público recebeu qualquer punição.



Mesquita Júnior (E), Patrícia Saboya e Flexa Ribeiro na audiência que ouviu Fabiana Gorenstein (ao microfone, ao lado de Jonas Pinheiro) e Iara Brasileiro



Evento marca luta contra impunidade de denunciados

O próximo dia 18 marcará um dia de luta contra a impunidade dos crimes sexuais envolvendo crianças e adolescentes. O evento encerrará uma série de atividades que terá início na terça-feira, dia 15, quando será divulgado um dossiê revelando o andamento dos casos investigados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que funcionou no Congresso em 2003 e 2004.

A apresentação do documento será feita às 14h30 da terça-feira pela Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes,

coordenada pela senadora Patrícia Saboya, bem como por outras entidades de defesa dos direitos humanos, em especial das crianças e dos adolescentes.

O dossiê relatará o andamento dos casos emblemáticos de violência sexual contra meninos e meninas para pressionar o Congresso a votar os projetos que modificam o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O objetivo é ampliar a punição para esses crimes. Tais propostas já foram aprovadas no Senado e aguardam votação na

Câmara desde o início de 2005.

O documento também será entregue à presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie, na quarta-feira. No dia seguinte, às 10h15, o ministro da Justiça, Tarso Genro, receberá o dossiê para que possa determinar providências à Polícia Federal sobre os casos.

As entidades que cuidam da proteção da infância e da adolescência constataram que muitos dos pedidos de indiciamento feitos pela comissão de inquérito (foram mais de 200) não saíram do papel até os dias de hoje.

Benefício a pessoa com deficiência é tema de reunião

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) tem reunião agendada com representantes dos ministérios da Previdência e Assistência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na próxima quarta-feira, para discutir o direito de pessoas com deficiência receberem o benefício de prestação continuada (equivalente a um salário mínimo), mesmo que morrem com aposentado ou pensionista beneficiário do mesmo valor.

A mudança foi acolhida pela CDH, em decisão terminativa, como alteração na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Mas somente a partir desse encontro com representantes do Executivo haverá condições de saber se a matéria ainda será discutida pelos parlamentares no Plenário do Senado ou se seguirá direto para a Câmara.

Conforme o texto aprovado, fica excluída do cálculo da renda familiar per capita, utilizado para a concessão do benefício de prestação continuada, a aposentadoria ou pensão no valor de um salário mínimo já paga a qualquer membro da família. A atual legislação excetua do cálculo da renda familiar apenas o valor pago a outro membro da família a título de benefício assistencial. A medida aprovada, entretanto, despertou a reação do Executivo, temeroso de que isso resulte em inesperado aumento da despesa pública.

– O governo considera a iniciativa boa, mas teme perder recursos – explicou Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Neuto de Conto: para crescer, país precisa de uma reforma tributária

A adoção de uma reforma tributária que reduza o número de impostos fomentando o crescimento e combatendo a desigualdade social foi defendida ontem, em Plenário, por Neuto de Conto (PMDB-SC). O senador ressaltou que a medida é reivindicada por

amplios setores da sociedade brasileira, conforme atestam discursos de lideranças sindicais e parlamentares por todo o país.

– Não é possível trabalhar com 62 tributos e 3.200 normas de arrecadação. Só no ICMS, temos 40 alíquotas diferentes – observou.



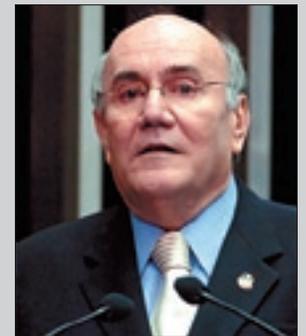
“Não é possível trabalhar com 62 tributos”, frisa Neuto de Conto

Flexa Ribeiro apresenta PEC para evitar polêmica sobre a Lei Kandir

Flexa Ribeiro anunciou a apresentação de proposta de emenda à Constituição que regulamenta a Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), a qual prevê que os estados farão ressarcimento do ICMS aos empresários exportadores. A proposição (PEC 37/07) autoriza o

empresário a abater o valor do ICMS diretamente no valor dos impostos federais a recolher.

Com isso, o senador quer evitar a batalha que ocorre todo ano durante a votação do Orçamento, para que seja reservada verba destinada aos ressarcimentos estaduais.



Flexa Ribeiro quer ICMS abatido diretamente do imposto federal

Agripino: país teve queda em ranking de competitividade

Líder do DEM diz que altas taxas de impostos e de juros estão entre os fatores que levam o Brasil a perder oportunidades de atrair novos capitais produtivos

O líder do DEM, José Agripino (RN), registrou a queda do Brasil no Relatório de Competitividade 2007 do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Gerencial (IMD, sigla em inglês). De acordo com senador, o país teria caído da 44ª posição, em 2006, para a 49ª, em 2007, ficando atrás da Rússia, da Índia e da China.

Agripino disse estar muito mais preocupado com a queda de competitividade do país que com a aprovação das medidas relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Troco o PAC por uma



Agripino critica PT e PMDB por não terem feito indicações para CPI

queda de dois pontos percentuais na taxa de juros. O relatório do IMD revela que o Brasil incorre nos mesmos fatores que o levaram a cair no ranking em análises anteriores: a alta taxa de

impostos e de juros, a burocracia e a infra-estrutura deficiente. E aponta ainda como novidade perversa a crise na aviação civil – frisou o senador, que criticou o fato de o PMDB e o PT não terem indicado integrantes para compor a CPI do Apagão Aéreo.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) acrescentou a falta de investimentos em educação e em ciência e tecnologia como fator que também teria contribuído para a queda, enquanto Cristovam Buarque (PDT-DF) apontou a imagem de corrupção do Brasil no exterior como outro agravante.

Inácio Arruda espera que o Mercosul tenha moeda única

Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou entusiasmo com a possibilidade de o Mercosul tornar-se, em um futuro próximo, um bloco comercial em moldes similares ao da União Européia. O senador disse estar especialmente animado com a intenção de os países integrantes do bloco passarem a fazer negócios em suas próprias moedas.

A entrevista concedida pelo presidente Lula ao portal Terra Magazine, sobre a possibilidade de maior inserção e integração do continente com a instalação do Parlamento do Mercosul, foi elogiada por Inácio. De acordo com o senador, a continuidade da política de aproximação com os vizinhos sul-americanos teria, entre seus objetivos, a criação de uma moeda única.



Integração similar à da Europa entusiasma Inácio Arruda

– Temos que maturar no tempo, de modo que o assunto seja debatido e discutido por outras nações e também no âmbito do Parlamento do Mercosul.

Inácio salientou ainda as vantagens estratégicas de acordos em que matrizes energéticas brasileiras, como o etanol e o biodiesel, poderiam ser trocadas, por exemplo, pelo petróleo da Venezuela ou o gás boliviano, sem falar em outras commodities.

Marisa destaca importância de novo Parlamento

A importância do Parlamento do Mercosul para a integração política, econômica, cultural e educacional do bloco foi ressaltada por Marisa Serrano (PSDB-MS). A senadora é integrante, junto com outros 80 parlamentares da Argentina, Paraguai, Uruguai, Brasil e Venezuela, do órgão que entrou em funcionamento na segunda-feira. Ela lamentou que o “fato histórico” não tenha tido destaque na imprensa nacional.

Marisa acredita que a população dos países do bloco passará a dar mais importância ao Parlamento do Mercosul quando for às urnas para eleger os integrantes desse órgão, em 2010. Ela lembrou que a União Européia levou 50 anos para chegar ao estágio em que se encontra.



Ideli diz estranhar críticas da oposição à situação econômica

Para Ideli, oposição tenta mostrar que o Brasil não dá certo

Ao manifestar sua estranheza com os pronunciamentos feitos por senadores da oposição, que, na sua avaliação, “tentam mostrar que o Brasil não dará certo”, Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou o anúncio pela imprensa de vários avanços

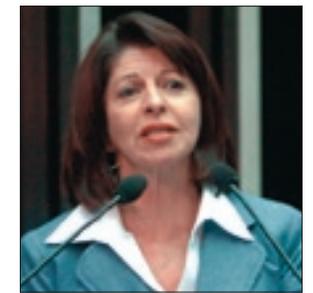
conquistados recentemente pela economia brasileira.

A principal notícia, segundo a senadora, é a elevação da nota atribuída ao país na classificação de risco Fitch, “que reflete uma melhora na situação externa, na política macro-

econômica e no aumento da poupança doméstica”.

A agência de classificação de risco Fitch deu ao Brasil nota apenas um ponto abaixo à necessária para obter o selo “Grau de Investimento”. Ideli explicou que, quando atingir o selo,

o país se credenciará a ter um volume maior de investimentos externos por um custo menor. Ela afirmou que o governo norte-americano exige que os fundos de pensão dos Estados Unidos só invistam em países com o “Grau de Investimento”.



Marisa Serrano é integrante do Parlamento do Mercosul

Virgílio anuncia que seu partido quer CPMF de 0,08% em cinco anos

O PSDB vai trabalhar para que a proposta de emenda à Constituição que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 31 de dezembro de 2011 seja aprovada com alterações. O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou que

a intenção é reduzir de forma escalonada a alíquota da contribuição, que a proposta (PEC 50/07) mantém em 0,38%, para que, em cinco anos, ela caia para 0,08%.

– Queremos que a CPMF se transforme em um imposto auxiliar da Receita Federal na luta contra a sonegação.



Arthur Virgílio: contribuição será auxiliar na luta contra sonegação



Mário Couto cobra aumento de repasse para fundo municipal

Mário Couto critica Lula por não cumprir promessa feita a prefeitos

Em discurso no Plenário, Mário Couto (PSDB-PA) criticou o presidente Lula por ainda não ter cumprido a promessa feita durante a 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios de aumentar os repasses federais para o Fundo de Participação dos

Municípios (FPM). Para o senador, o presidente cometeu uma “injustiça contra os prefeitos” ao descumprir a promessa.

Mário Couto explicou que o dinheiro oriundo do FPM é, muitas vezes, a única receita das cidades, principalmente dos pequenos municípios.

Jucá destaca prêmio a projeto ambiental para Boa Vista

Romero Jucá (PMDB-RR) destacou ontem, em Plenário, a aprovação, pela Petrobras, de projeto de levantamento completo dos rios e igarapés que atravessam a cidade de Boa Vista, elaborado pelo professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) Vladimir Souza.

Selecionado entre outras 36 propostas de pesquisa e preservação ambiental, o projeto foi contemplado com R\$ 3,1 milhões.

– É importante dizer que Boa Vista ganhará um dos mais modernos laboratórios de recursos hídricos com esse projeto – disse o senador.



Cidade terá moderno laboratório de recursos hídricos, afirma Jucá

Kátia Abreu propõe parque para estimular turismo no rio Araguaia

Kátia Abreu (DEM-TO) anunciou a apresentação de projeto que cria o Rio Parque Araguaia, visando preservar as características naturais do rio, que banha Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará.

Na opinião da parlamentar, como não tem grande potencial de geração de energia

elétrica, o Araguaia deve ser mais bem aproveitado do ponto de vista turístico.

A senadora esclareceu que a proposta preservará as características naturais do rio, pois veda a realização de quaisquer obras que venham a alterar o curso natural do Araguaia.



Kátia Abreu diz que iniciativa preserva características do rio

Senadores cobram do governo mais investimentos em sanidade animal

Em audiência com a participação do ministro da Agricultura, Delcídio Amaral e Osmar Dias defendem ação conjunta com países de fronteira para garantir êxito no combate à febre aftosa

O aumento dos investimentos em sanidade animal foi defendido pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Delcídio Amaral (PT-MS) durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O debate contou com a presença do ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura. Delcídio e Osmar representam os dois estados mais afetados por focos – ou suspeita – de febre aftosa em 2005.

O ministro confirmou, após a audiência, notícia que vem sendo veiculada desde o mês passado, de que o governo federal deve editar uma medida provisória liberando R\$ 25 milhões para o controle e o combate da doença em Mato Grosso do Sul.

Autor do requerimento convidando



Joaquim Roriz, entre Stephanes e Guimarães (2º à dir.), dirige reunião da CRA

o ministro para a audiência, Osmar declarou que o Executivo havia errado ao anunciar a existência de focos de febre aftosa no Paraná. Conforme o senador, a informação foi precipitada e prejudicou o estado, que teria contabilizado prejuízo de R\$ 1 bilhão.

Osmar e Delcídio defenderam a integração do Brasil com os países de fronteira, como o Paraguai e

a Bolívia, nas ações relativas à sanidade animal. O senador por Mato Grosso do Sul argumentou que, se não houver um trabalho conjunto, “não adiantará adotar medidas nessa área, por mais hercúleo que seja o esforço”. Já Osmar frisou que, sem isso, “sempre haverá o risco de o vírus entrar pela fronteira”. Delcídio disse ainda que os Estados Unidos erradicaram a febre aftosa no início do século

passado, em uma ação conjunta com o Canadá e o México.

Em resposta aos dois parlamentares, Stephanes afirmou que o governo implementará medidas como georreferenciamento, vacinação assistida e contratação de pessoal, e ressaltou que o Executivo precisa do apoio político do Congresso.

Executivo deve propor até junho fundo de catástrofe

O governo federal pode apresentar ao Congresso Nacional, até junho, projeto de lei criando um fundo de catástrofe para o setor agrícola. O anúncio foi feito por Edílson Guimarães, secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, que acompanhou o titular da pasta, Reinhold Stephanes, na audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O objetivo do fundo é bancar as seguradoras do setor agrícola, por meio de operações de resseguro, em casos de catástrofes como as causadas por fatores climáticos. O senador Osmar Dias está entre os que defendem a criação do instrumento.

– Não há como atrair seguradoras estrangeiras, e nem mesmo as nacionais, para um segmento de alto risco como é a agropecuária, sem que haja esse fundo – declarou o parlamentar.

Osmar argumentou que as companhias de seguro “podem dar conta de perdas localizadas, mas, quando a calamidade é regional, isso as leva praticamente a quebrar, caso atendam a todas as demandas dos produtores rurais”. Ele ressaltou que os recentes problemas climáticos que afetaram o setor entre 2003 e 2004 demonstraram essa dificuldade.

Na mesma linha de raciocínio, o secretário de Política Agrícola afirmou que as seguradoras que atuavam com

produtos agrícolas tiveram grande prejuízo no passado e “fugiram do Brasil”.

Edílson Guimarães disse que o atual Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, que deveria bancar as seguradoras em casos de catástrofes, “é um fundo que não funciona”.

Consórcio

De acordo com o secretário, o fundo de catástrofe poderá ser um consórcio administrado por seguradoras e resseguradoras. Ele observou que, em um primeiro momento, o fundo poderá ter recursos do Tesouro Nacional – o qual teria seu envolvimento reduzido paulatinamente até que restasse somente a participação privada.



Heráclito afirma que obras podem alavancar crescimento econômico

Heráclito reclama infra-estrutura no Norte e Nordeste

Heráclito Fortes (DEM-PI) cobrou do governo federal a realização de obras de infra-estrutura prometidas pelo presidente Lula para o Norte e Nordeste durante a campanha de 2006. O senador citou o gasoduto Urucum-Coari-Manaus, a Ferrovia Transnordestina e a conclusão da Rodovia Cuiabá-Santarém. Para ele, tais obras dariam sustentação para alavancar o crescimento econômico da região. “É lamentável que o Nordeste não receba o tratamento que merece”, disse.

Heráclito informou que aquelas obras foram listadas na matéria “Obras visitadas por Lula durante a campanha eleitoral estão atrasadas”, da jornalista Regina Alvarez, publicada ontem por O Globo. De acordo com a reportagem, Lula “assume compromissos” para a instalação do gasoduto desde 2002.

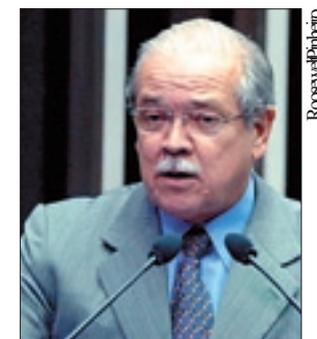
Quanto à Transnordestina, disse o senador, somente oito quilômetros foram executados. Outras obras necessárias para o Norte e Nordeste, segundo Heráclito, são a conclusão das eclusas de Tucuruí e a construção dos aeroportos de Parnaíba e de São Raimundo Nonato, no Piauí.

Borges: PAC é para enganar população

César Borges (DEM-BA) voltou a criticar, em Plenário, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), por acreditar que, com a iniciativa, o governo está mais uma vez enganando a população brasileira “com discursos, propaganda e marketing”, mas sem nenhuma ação concreta nem investimentos que comprovem a viabilidade do programa.

– É obrigação do governo realizar obras para viabilizar o crescimento do país. O PAC é um embrulho para empulhar a nação brasileira com algo que sabemos que não está ocorrendo e que não vai acontecer, porque o governo não viabiliza investimentos em infra-estrutura – frisou.

Para César Borges, a utilização das cores “verde, vermelho e amarelo” para classificar o estágio de andamento das obras do programa governamental, bem como a referência a obras em ritmo lento ou satisfatório, não passa de uma estratégia de marketing, similar à mudança de metodologia do cálculo do produto interno bruto (PIB) brasileiro, “que serviria aos interesses do governo de mascarar um crescimento econômico insatisfatório”.



Programa não passa de estratégia de marketing, afirma Borges

Falta de prioridade na formação de professores pelas universidades foi um dos problemas apontados durante audiência realizada pela Comissão de Educação



Dornelles quer isenção da Cofins para instituição de ensino privada

Dornelles pede incentivo para escola particular

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou ontem, em Plenário, que apresentou projeto concedendo isenção do recolhimento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) às instituições de ensino e pesquisa do setor privado (PLS 08/07). A proposta, que se encontra na Comissão de Educação (CE), tem como relator o senador Marco Maciel (DEM-PE).

– Não é justo que as entidades de ensino e pesquisa que preencham os requisitos [previstos no projeto] sejam obrigadas a recolher contribuições que não são recolhidas por entidades públicas. Deve ser mencionado, ainda, que a cobrança da Cofins implica aumento das mensalidades escolares – alegou.

Empregos

Dornelles ressaltou ainda que o setor do ensino privado responde por 1,3% do produto interno bruto (PIB) brasileiro, com movimento financeiro anual de R\$ 35 bilhões. Além disso, gera 660 mil empregos diretos e 1,1 milhão indiretos. Os dados constam de um relatório da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

– O ensino privado, de incontestável relevância social e econômica, vem padecendo de uma grave crise, motivada, em sua essência, pela ausência de políticas públicas voltadas para esse segmento da educação. A solução para a crise tem natureza eminentemente fiscal – afirmou Dornelles.

Melhoria do ensino requer qualificação de professores, afirmam especialistas

Os participantes da audiência pública, realizada ontem com o objetivo de discutir propostas para o ensino brasileiro e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apontaram a necessidade de investimentos na formação e qualificação de professores. Organizada pela Comissão de Educação (CE), a reunião foi a primeira do ciclo de audiências para debater o tema no âmbito da CE.

O presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que a crise educacional atual advém da ausência de prioridade na formação de professores pelas universidades. Ele enfatizou que a pouca importância dada à licenciatura é mais freqüente nas universidades públicas.

Cristovam também salientou que a educação atual está defasada e ainda mantém a mesma estrutura de cem anos atrás, apesar do avanço de recur-



Entre Fonteles, Defourny, Moreira Alves e Cuvac, Cristovam (C) preside audiência na CE

sos tecnológicos. Para ele, todos esses fatos são responsáveis pelo atraso a que está submetido o país.

– As escolas de hoje continuam tão parecidas com as de antigamente, embora tudo tenha mudado radicalmente – observou.

O representante do Fórum de Livre Iniciativa na Educação, José Roberto Cuvac, elogiou a proposta da CE de ouvir setores da sociedade sobre a educação nacional. Mas criticou o Ministério da Educação por não convidar representantes de instituições priva-

das quando da elaboração do PDE. Cuvac ressaltou que o setor privado responde por mais de 3,2 milhões dos 4,4 milhões de matrículas brasileiras. Acrescentou que alguns programas, como o Universidade para Todos (Prouni), obtêm sucesso devido à colaboração das entidades particulares.

Na opinião do ex-presidente e membro efetivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), Manassés Claudino Fonteles, a qualificação dos licenciados exige, além de cursos, que as universidades tenham bibliotecas e computadores, entre outros equipamentos modernos.

O presidente da Associação Brasileira de Tecnologia Educacional (ABT), João Roberto Moreira Alves, sugeriu sistemas de aperfeiçoamento para docentes e a formação continuada para esses profissionais.

Representante da Unesco sugere pacto para busca de soluções

O representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) no Brasil, Vicent Defourny, disse que a situação da educação brasileira é “crítica” e reconheceu não ser possível soluções em curto prazo. Ele sugeriu um pacto suprapartidário para apresentar soluções para os problemas da educação no Brasil. As considerações foram feitas durante debate realizado na CE.

Vicent Defourny sugeriu também que as transformações sejam iniciadas pela educação básica. Na sua opinião, essa etapa da formação capacita as pessoas a dominarem os códigos fundamentais da sociedade do conhecimento – leitura com compreensão, aprendizagem contínua e desenvolvimento do raciocínio, entre outros.

O especialista também ressaltou ser necessário fortalecer a crença da sociedade brasileira no poder da educação como instrumento de mudança e de crescimento do país e disse que o momento deve ser de união em favor do setor. Para ele, é preciso aproveitar oportunidades educativas que já existem em cada cidade.

Para senadores, verbas reduzidas confirmam falta de prioridade

A educação ainda não é tema prioritário no país, na opinião dos senadores que participaram do ciclo de debates sobre a educação no Brasil. Para Flávio Arns (PT-PR), a fatia destinada ao setor no Orçamento da União demonstra que a área não está entre os assuntos relevantes para o governo.

– Se achamos que algo é prioritário no país, olhamos o Orçamento: o dinheiro significa concretização de uma idéia – disse Arns.

Também Marisa Serrano (PSDB-MS) considera baixos os valores destinados à educação básica.

– Se a prioridade é educação básica, o percentual está baixo. Os índices de investimento mostram a prioridade, mostram o rumo – frisou a senadora.

Segundo Inácio Arruda (PCdoB-CE), a reforma educacional deve contemplar procedimentos simples e eficazes. Para ele, é necessário destinar mais investimentos em setores básicos da educação. Equipamentos modernos, disse, podem ser inadequados nos casos em que as escolas não têm condições de manter os aparelhos.

Governo prevê ações para os diversos níveis do sistema educacional

O Plano de Desenvolvimento da Educação proposto pelo governo federal prevê ações específicas para cada nível de educação: básica, profissional, superior e continuada.

Para a educação básica, destacamos, entre outras, a criação da Provinha Brasil, que medirá o desempenho de crianças de seis a oito anos de idade; e do piso salarial nacional do magistério.

No que diz respeito ao ensino profissional, estão previstas ações como a criação do Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a regulamentação do estágio. No ensino superior, o governo pretende modificar os sistemas de crédito estudantil a fim de garantir financiamentos de até 100% do valor das mensalidades. Também está prevista a concessão de 1.500 bolsas de pós-doutorado e a duplicação de vagas nas universidades federais.

Já para a educação continuada, deve ter prioridade o incentivo à produção de audiovisual digital voltada para a educação de qualidade e a formação continuada de professores.

Comissão propõe 23 medidas para melhorar educação

As 23 propostas sugeridas pela Comissão de Educação para melhorar a qualidade do ensino no Brasil são de autoria do presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque. A implantação do horário integral em todas as 164 mil escolas públicas brasileiras, a adoção do Programa Escola Básica Ideal e a ampliação do ano letivo, que atualmente é de 200 dias de efetiva atividade escolar, estão entre as propostas da comissão.

Do documento, também constam sugestões para a criação de uma lei de responsabilidade educacional e de uma lei de metas para a educação. Além disso, o texto prevê a substituição do vestibular pelo Programa de Avaliação Seriada (PAS); a ampliação do número de escolas técnicas de nível médio; a proteção das edificações e dos equipamentos escolares; e a definição de padrões nacionais para todas as escolas brasileiras, incluindo desde o salário dos professores até a instalação física dessas escolas.

Modernização

Cristovam também sugere a modernização do conteúdo pedagógico, com a inclusão de novos conhecimentos, métodos e instrumentos, desde as primeiras séries do ensino fundamental. Ele propõe ainda que seja instituído um Sistema de Premiação Educacional e um Sistema Nacional de Avaliação e Fiscalização da Educação de Base, com o objetivo de melhorar o ensino no Brasil.

O documento prevê o envolvimento das famílias e dos meios de comunicação no que Cristovam chamou de “uma revolução educacional” e ainda a construção de um “Pacto da Excelência”, para garantir a continuidade do programa.

– É necessário um pacto de todas as lideranças nacionais, principalmente as partidárias, para que o projeto tenha continuidade.